

UM CAMINHO PARA A LIBERDADE: A INAUTENTICIDADE DENTRO DE UMA PERSPECTIVA ONTOLÓGICA IMANENTE

Hélio da Guia Alves Jr.

Especialista em Gestão Escolar pela Universidade de São Paulo - Docente da
Faculdade de São Vicente - Praia Grande, São Paulo, Brasil

Victor Lima Dias

Especialista em Coaching, Comunicação Efetiva e Mediação de Conflitos pela Faculdade de
São Vicente - Aluno do curso de Psicologia do Centro Universitário Ítalo Brasileiro - São Paulo,
São Paulo, Brasil

Resumo: Este trabalho teve como objetivo elaborar uma discussão com vistas a entender a relação dos conceitos de autenticidade e inautenticidade dentro da proposta da Ontologia da Linguagem. Para tanto, elegeu-se a aplicação de uma revisão bibliográfica como ponto de partida para a obtenção de resposta para pergunta norteadora do presente artigo: O indivíduo em um estado de inautenticidade pode ser considerado livre? A conclusão demonstrou que a resposta é negativa, interpretação que se deve à base teórica empregada em seu processo. O estudo teve como principal fundamento a Ontologia da Linguagem de Rafael Echeverría (2005), embasando-se, também, em Humberto Maturana (1998), Nietzsche (2012), Austin (1990; 2005) e Heidegger (2000).

Palavras-chave: Indivíduo. Heidegger. Estado de Autenticidade.

Abstract: This work had as goal to elaborate a discussion aiming to understand the relation of the concepts of authenticity and inauthenticity within the proposal of the Ontology of Language. For that, the application of a bibliographical revision was chosen as the starting point to obtain the answer of the guiding question of the present article: Can the individual in a state of inauthenticity be considered free? The conclusion showed that the answer is negative, an interpretation that is due to the theoretical basis used in its process. The study was based on Rafael Echeverría's Ontology of Language (2005), Humberto Maturana (1998), Nietzsche (2012), Austin (1990; 2005) and Heidegger (2000).

Keywords: Individual. Heidegger. Inauthenticity State.

INTRODUÇÃO

A Liberdade tem sido um objeto de discussão muito recorrente na História da Filosofia. No entanto, há pouca conformidade sobre quais são os seus limites, posto que os problemas já começam a surgir a partir de qualquer tentativa de

defini-la. Devido ao fato da presente discussão restringir-se ao âmbito da Ontologia da Linguagem (ECHEVERRÍA, 2005), área de estudos filosóficos que se dedica a compreender os impactos da linguagem na formação do Ser, a definição de Liberdade escolhida está restrita ao que se encontra nas bases dessa escola do pensamento.

Portanto, para fins de discussão, assume-se como ponto de partida a premissa de que a Liberdade é o “nihilismo ativo”, na concepção de Nietzsche (apud TEIXEIRA, 2006), como resultado do fim do processo de transmutação de valores que é explicado analogamente por meio de suas três “metamorfoses do espírito” (ibidem). Em outras palavras, esse conceito pode ser compreendido como um estado de consciência em que o indivíduo já não se atém mais a valores metafísicos impostos a ele, os quais, geralmente, podem ser oriundos da educação, cultura e/ou religião.

Entre os autores que se debruçaram sobre essa questão, Heidegger (1889 - 1976) foi o que apresentou o conceito de “estado de inautenticidade”, que pode ser interpretado como a circunstância em que o indivíduo “Ainda não tomou consciência sobre si mesmo” (RIBEIRO e RONCATI, 2012, p. 5), forma pela qual será compreendido como uma das variáveis centrais levadas em conta ao longo da discussão. Em outras palavras, Inwood (2002 apud RIBEIRO e RONCATI, 2012, p. 5) explica que “A inautenticidade está frequentemente associada com impessoal. Ser autêntico é fazer a sua própria coisa, não o que o impessoal prescreve”. Echeverría (2005, p. 74, tradução nossa) tratou desse conceito como “Aqueles pessoas que são caracterizadas por viverem através de julgamentos alheios e que, portanto, não se constituem como centro gerador dos juízos que governam sua própria existência”.

A partir da associação entre o conceito de Liberdade compreendido por Nietzsche (2012) e a ideia de estado de inautenticidade de Echeverría (2005), tomando como base a Ontologia da Linguagem, surgiu a pergunta norteadora deste artigo: O indivíduo em um estado de inautenticidade pode ser considerado livre?

A relevância dessa pergunta está no fato de que a abordagem da Ontologia da Linguagem tem a Filosofia como uma de suas bases (ECHEVERRÍA, 2005), a qual atua com vistas a compreender o que se entende por realidade e a sugerir caminhos para os dilemas que se mostram presentes ao longo da existência humana. Desta forma, refletir sobre os limites da Liberdade e da autonomia mostra-se como uma temática importante, que influencia diretamente as conclusões que decorrem das interpretações possíveis a respeito da consciência, do Ser e das ações humanas.

O objetivo geral deste artigo é oferecer uma resposta à pergunta norteadora, compreendendo a relação entre Liberdade e o estado de inautenticidade dentro do escopo da Ontologia da Linguagem. Para isso, foram elencados os seguintes objetivos específicos:

- Analisar a constituição do Ser sob a proposta da Ontologia da Linguagem.
- Explicar o que é Emocionalidade, Estado de ânimo, Estado de Autenticidade e Inautenticidade e suas relações com a Liberdade, na concepção de “nihilismo ativo”.
- Refletir criticamente sobre as implicações dessa relação na esfera da consciência humana.

Entre os autores que compõem a base deste artigo, destacam-se Rafael Echeverría (2005) e Humberto Maturana (1998), por sua contribuição com a Ontologia da Linguagem, e Nietzsche (2012), Austin (1990; 2005) e Heidegger (2000), por fornecerem os principais conceitos norteadores da discussão.

ONTOLOGIA DA LINGUAGEM E DOMÍNIOS PRIMÁRIOS

A Ontologia da Linguagem é uma proposta apresentada por Rafael Echeverría

(2005) que consiste em uma abordagem filosófica sobre o Ser e suas relações através da linguagem. O autor tem como principal influência o pensador Friedrich Wilhelm Nietzsche (1844-1900), tido como um dos maiores críticos do pensamento metafísico, sendo, portanto, considerado um filósofo da imanência.

A perspectiva de Echeverría (2005) parte dos preceitos deixados por Nietzsche (2012) a respeito do ser humano e seus juízos sobre os fatos cotidianos: valores e “verdades” são frutos da perspectiva, já que “Não existem fatos eternos, assim como não existem verdades absolutas” (NIETZSCHE, p.11, 2000). Assim como a linguagem, a moralidade também é um constructo social puramente humano. Isto é, não existiriam normas de condutas num plano “mais elevado” para serem espelhadas, tal como os filósofos metafísicos defendem. A própria concepção de superioridade já parte de parâmetros socialmente estabelecidos a priori. Ou seja, para se dizer que algo é justo, é necessário existir um consenso a respeito do que é ou não justo. Essa ideia de justiça não costuma ser a mesma encontrada em todas as nações. Logo, ela é fruto da cultura de um povo e, portanto, socialmente concebida.

A obra de Echeverría (2005) procura investigar o indivíduo da forma como ele se apresenta e se relaciona com o mundo. O autor denomina o indivíduo como um observador único do seu próprio universo, que constrói significado e crenças por intermédio da linguagem:

Portanto, toda vez que dizemos alguma coisa (na medida em que falar é agir), de alguma forma revelamos quem somos. Inclusive quando tentamos enganar os outros em relação a como somos, na medida em que o esforço para enganar se manifesta, revelamos o tipo de pessoa que somos e o que nos leva a tentar enganar os outros em relação a quem somos. Essa capacidade da linguagem de revelar o ser que fala, em si, é válida para toda ação linguística, e é particularmente característica quando examinamos os juízos (ECHEVERRIA, 2005, p. 72, tradução nossa).

Ao contrário do que pode parecer, a linguagem não dá conta de toda a complexidade do Ser. Echeverría (2005) esclarece que o indivíduo não se limita apenas ao âmbito linguístico. Desta forma, ele elege outros dois domínios que, junto com o da linguagem, formam os domínios primários constituintes do sujeito:

do corpo, da emoção e o da linguagem. Esses domínios são autônomos, mas podem se relacionar entre si:

A autonomia desses três domínios primários não impede estreita relação de coerência entre eles. Isso implica que os fenômenos que ocorrem, por exemplo, no domínio emocional (emocionalidade), são coerentes com os que podemos detectar ao nível do corpo (posturas), e da linguagem (o que se diz e o que se escuta). Essas relações de coerências habilitam a possibilidade de efetuar “reconstruções” dos fenômenos de cada domínio através dos outros dois (ECHEVERRIA, 2005, p. 21, tradução nossa).

As reconstruções dos domínios só podem ser efetuadas porque a linguagem possui uma característica única chamada recursividade. A recursividade é a capacidade que os seres humanos possuem de fazer “A linguagem girar sobre si mesma” (ECHEVERRIA, 2005, p. 32, tradução nossa). Isso significa que a nossa espécie é dotada da habilidade de falar sobre a própria fala, sobre a própria linguagem, sobre si mesmo. É através da capacidade recursiva da linguagem que o ser humano pode reconstruir os domínios primários, e, por conseguinte intervir na emocionalidade.

UMA NOVA PERSPECTIVA SOBRE A LINGUAGEM

Austin (2005) explica que por demasiado tempo os filósofos acreditaram que a linguagem tinha por finalidade descrever um estado de coisas, ou declarar um fato, sendo este verdadeiro ou falso. Todavia, não se atentaram que algumas sentenças não são apenas descritivas, elas podem expressar perguntas, exclamações, desejos, ordens, concessões etc. Essas propriedades, que até então estavam ocultas, levantaram uma suspeita que, a posteriori, gerou uma investigação para descobrir o real papel da linguagem, já que ela não era mais considerada apenas como descritiva. Austin pergunta “Pode o dizer realizar o ato?” (Austin, 1990, p. 26) A resposta para a questão é positiva.

O casamento – exemplo de Atos da Fala utilizado por Austin (1990) – é um ritual que, se for concretizado seguindo determinadas regras, tem potencialidade de alterar o modo de percepção tanto dos noivos para com o mundo, quanto da

sociedade para com eles. Após a cerimônia ser concluída, os noivos, de modo geral, começam a adotar um padrão de comportamento pré-estabelecido e, por conseguinte, a sociedade (os amigos, a família, os colegas de trabalho etc.) começará a enxergar esses sujeitos como indivíduos casados. Porém, o que levou à mudança dessas condutas e percepções foi a execução de determinadas declarações seguidas de uma série de condições pré-estipuladas. Em outras palavras, o que determinou a modificação foi o ritual de casamento e, por fim, a sentença executada pelo padre: “E eu vos considero marido e mulher.”

Portanto, Echeverría (2005), ao estruturar a concepção de Austin (1990) sobre os Atos da Fala como uma das bases da Ontologia da Linguagem, afirma que as declarações, além de descritivas, podem deter um caráter gerador. Sendo assim, é utilizando a linguagem que o indivíduo pode alterar seus domínios primários.

EMOCIONALIDADE E ESTADO DE ÂNIMO

Descartes (apud ROCHA, 2004) define que a principal diferença entre o ser humano e os animais é a capacidade de pensamento que os seres humanos detêm, afirmando que esta provém da alma. Sendo assim, a capacidade intelectual deveria estar num patamar mais elevado do que as da emoções e sensações: “Deve-se concluir a tese mais forte, a saber, que os animais não-humanos efetivamente não pensam e, mais que isso, não têm consciência sensorial e, portanto, por exemplo, não sofrem” (DESCARTES apud ROCHA, 2004, l. 352).

Para o senso comum há a concepção de que a emocionalidade faz parte da essência do indivíduo, ou seja, que a emocionalidade é imutável assim como o Ser. O sujeito “é”, e pouquíssimas vezes “está”. Por exemplo, a afirmação: “Sou mal-humorado” ou então “Sou romântico”, implica dizer que a chance do indivíduo intervir nas suas próprias emoções são ínfimas, pois, ele acredita ser daquele jeito. Para Rafael Echeverría (2005), o tema da emocionalidade ainda é visto pela sociedade numa perspectiva cartesiana e dualista:

Blaise Pascal, filósofo francês contemporâneo de Descartes, nos advertiu que “O coração tem os motivos que a razão desconhece”. Mas, apesar do aviso, o cartesianismo tornou-se nossa maneira predominante de entender o fenômeno humano (ECHEVERRIA, 2005, p. 152, tradução nossa).

Diferentemente dos autores dualistas, na abordagem da Ontologia da Linguagem, a questão da emocionalidade é vista de forma una e imanente da vida. Dito de outra forma, não se considera corpo e alma como unidades distintas. A divisão não é admitida na visão monista, visto que não há possibilidade de reconhecer essa separação, pois assumir a existência de algo como uma “alma” seria recorrer a uma explicação metafísica. Desta forma, só há o corpo e seus fenômenos. Isso significa que a emoção não pode ser desvinculada, nem demasiadamente diminuída no sujeito, mas pode ser racionalizada e trabalhada.

Para Echeverría, a emocionalidade sempre emerge de modo instantâneo e automático após uma “*Quiebre*”, que, nas palavras do autor, é “Um juízo de que o ocorrido alterou o curso esperado dos acontecimentos” (ECHEVERRIA, 2005, p. 110, tradução nossa). Desta forma, após o evento ocorrido e, por conseguinte, a emocionalidade aflorada, cria-se a abertura para racionalizar a emoção que daquele fato ocorreu. Portanto, a emocionalidade surge através de uma relação entre o indivíduo e o mundo.

O estado de ânimo difere da emocionalidade porque não há como vinculá-lo a um acontecimento específico, não é possível encontrar a *Quiebre* que o desencadeou e não possui um caráter estritamente relacional. Portanto, o estado de ânimo está sempre vinculado ao presente, já que é o modo como o sujeito se enxerga emocionalmente no aqui e no agora. No entanto, emocionalidade e estado de ânimo podem ter uma estreita relação quando o indivíduo continua vivenciando o evento que desencadeou a emoção:

Isso acontece normalmente com eventos importantes. Por exemplo, quando começamos um romance ou quando alguém próximo a nós morre. Essas experiências nos colocam em uma emocionalidade ou

espaço de possibilidades que se manifestarão em todas as nossas ações: em casa, no escritório, com amigos, etc (ECHEVERRIA, 2005, p. 155, tradução nossa).

Portanto, dentro do domínio primário da emoção, ainda há duas ramificações: a emocionalidade e o estado de ânimo. A separação dessas duas categorias se torna relevante para se ter uma compreensão aprofundada sobre como a emoção impacta na maneira pela qual o indivíduo observa e lida com o mundo.

AS LENTES DOS ESTADOS DE ÂNIMO

Echeverría (2005) sustenta que os indivíduos estão sempre observando o mundo a partir de um estado de ânimo. Por isso, o estado de ânimo pode ser considerado, de uma forma metafórica, como uma espécie de “lente para os olhos da alma”, cada estado de ânimo possui a característica de “abrir” ou de “fechar” novas possibilidades para ações:

Os diferentes estados de ânimos causam diferentes aberturas para o futuro. Se ocorrer de estarmos de bom humor, o futuro parecerá brilhante. Se estivermos de mau humor, o futuro parecerá obscuro. Não nos acontece, muitas vezes, de percebermos como o futuro nos muda simplesmente porque passamos por uma mudança diária de estado de ânimo? Do mesmo jeito, nossos estados de ânimo formam o mundo em que vivemos [...]. Cada estado de ânimo traz consigo um mundo próprio. Quando Cândido, de Voltaire, diz: "Tudo é o melhor no melhor de todos os mundos possíveis", não sabemos exatamente como era esse mundo, mas definitivamente sabemos em que estado de ânimo ele se encontrava. Sabemos o quão amplo era o horizonte de suas possibilidades (ECHEVERRIA, 2005, p. 158, tradução nossa).

Maturana (apud ECHEVERRIA, 2005) sustenta que as emoções e os estados de ânimo são predisposições para as ações. Essa afirmação implica dizer que os indivíduos fazem juízos dos demais a partir de uma emoção ou estado de ânimo:

Ao observar um cão dizemos: “Este cão está raivoso”. Ao dizermos isso, estamos fazendo um juízo sobre o cão através do qual caracterizamos seu comportamento e definimos o que é possível esperar em termos de ações, ou seja, o que o cão pode executar quando está no estado de ânimo que ele se encontra. A raiva, portanto, implica uma observação de comportamento, um juízo sobre o ser e um pressuposto de coerência entre o comportamento observado e o comportamento esperado a partir do anterior. É assim como falamos

das emoções alheias (ECHEVERRIA, 2005, p. 156, tradução nossa).

Todavia, nada pode-se dizer da experiência de raiva do cão em si, nada pode-se dizer como é aquela experiência para ele. A tentativa de exprimir os sentimentos do cão é puramente um juízo humano. Pode-se aplicar este exemplo de modo similar nas relações humanas. O indivíduo julga outrem tendo como base a sua própria experiência emocional, e, por conseguinte, o juízo sofre influência direta ou indiretamente pelo social.

A INFLUÊNCIA SOCIAL

Grande parte das sociedades ocidentais hoje vive em um sistema ético influenciado fortemente pela moral cristã. No nascimento do cristianismo, iniciou-se uma nova doutrina ética que contemplava a ideia de que todos são filhos do mesmo Deus e de forma igualitária, sendo assim, houve a tentativa do abandono da hierarquização do ser humano. “Isso significa que a humildade é onipresente entre aqueles que, sem dúvida, foram, com São Tomás, os dois maiores filósofos cristãos: Santo Agostinho [...] e Pascal” (FERRY, 2010, p. 67). Em algumas passagens do Evangelho, assim como nos escritos dos presbíteros, a humildade é fator determinante de uma “vida bem-aventurada”, e o oposto, tal como a vaidade e o orgulho, são atributos para uma “vida decadente”.

Para consentir nessa verdade, precisaríeis de humildade, virtude tão difícil de incutir em vossas cabeças altivas. O que há de inacreditável, sobretudo para vós, cujas doutrinas vos convidam mesmo a essa crença; o que há de inacreditável quando dizemos que Deus assumiu a alma e o corpo do homem?... Sim, por que as opiniões que são as vossas e que aqui vós combateis vos impedem de ser cristãos, senão porque o Cristo veio na humildade e que vós sois soberbos (AGOSTINHO apud FERRY, 2010, p. 69)?

Para Ribeiro (2012), o indivíduo é fortemente influenciado pelos meios no quais é concebido e criado: “Independente de nossa vontade ou consciência, desde o começo de nossas vidas somos pré-formados pelo ambiente externo” (ibidem, p. 4). Por esse motivo, “Ao nascer possuímos um determinado corpo, pertencemos a um determinado país que possui certa cultura, [...] que nos direcionam para uma maneira de pensar o mundo e nós mesmos (ibidem, p. 4).”

Portanto, se nas sociedades ocidentais permeiam-se os valores do cristianismo, tal como a igualdade e a humildade, e se o sujeito sofre influências desde o seu nascimento, como afirma Ribeiro, conclui-se que há a probabilidade dos juízos “cristãos” estarem presentes no repertório do indivíduo, sendo assim, essas opiniões passam a constituir a sua visão de mundo, mesmo que ele se considere ateu.

O INDIVÍDUO EM ESTADO DE INAUTENTICIDADE

As definições de “indivíduo autêntico” e “indivíduo inautêntico” surgem com o filósofo alemão Martin Heidegger, sendo estruturadas principalmente pela máxima de que as ideias permeadas na sociedade afetam o sujeito (RIBEIRO e RONCATI, 2012, p. 4). Posteriormente, Echeverría (2005) se apropria do pensamento heideggeriano e o acrescenta à própria filosofia, tendo-o como uma das bases para os postulados da Ontologia da Linguagem.

Ribeiro e Roncati (2012, p. 5) afirmam que a concepção de autenticidade do Ser, para Heidegger, parte do “Momento em que o homem alcançou, através de um processo de investigação interna, sua maneira original de ser, e compreendeu modos de agir e pensar que lhe trazem o finar de incômodos e angústias diante da vida e dos outros homens.”

Já a inautenticidade do Ser “Não indica o homem de ‘Ser’ falso, mas aquele que ainda não tomou consciência sobre si mesmo, que ainda não descobriu modos de ser que lhe são peculiares. Isso porque ele ainda não conseguiu distinguir entre as maneiras de pensar e agir que lhe são próprias e aquelas que possui devido a suas experiências de vida” (RIBEIRO e RONCATI, 2012, p. 5).

Em suma, para Ribeiro e Roncati (2012) e segundo Heidegger (2000), a autenticidade e a inautenticidade do Ser possuem uma estreita relação com o social. A consciência sobre si, a autenticidade, só é possível quando há a transcendência do ser perante as influências sociais.

Como foi mencionado no artigo, para Echeverría (2005), a linguagem não possui apenas um papel descritivo de mundo, mas também uma característica geradora. As opiniões estão incluídas nessa concepção, já que os juízos que fazemos do mundo condicionam a forma como o percebemos. O autor inclui o aspecto da linguagem na formulação de autenticidade e inautenticidade, pois, para ele, o indivíduo que se encontra na condição de inautenticidade “Se caracteriza por viver de juízos alheios, e que, portanto, não se constitui como gerador dos juízos que regem sua própria existência” (ECHEVERRIA, 2005, p. 74, tradução nossa).

Ele também nos diz que o indivíduo inautêntico possui uma característica de emitir opiniões espontâneas: “Nossos juízos espontâneos possuem a condição da inautenticidade. Eles se emitem dentro dos múltiplos automatismos dos quais somos portadores como seres sociais” (ibidem, p. 76, tradução nossa).

Portanto, o indivíduo no estado de inautenticidade não consegue distinguir os seus próprios modos de pensamento e ações entre aqueles que são oriundos diretamente de uma influência social, tão pouco se encontra apto a emitir juízos por conta própria, haja vista que o faz espontaneamente.

AS TRÊS METAMORFOSES DO ESPÍRITO: UM CAMINHO PARA A LIBERDADE

Na primeira parte do livro “Assim falava Zaratustra” (NIETZSCHE, 2012), encontra-se o discurso “Das Três Metamorfoses”: “Três metamorfoses do espírito menciono para vós: de como o espírito se torna camelo, o camelo se torna leão e o leão, por fim, criança” (ibidem, p.34). Nele, de forma metafórica, Nietzsche descreve três personagens, os quais cada um representa uma fase da “metamorfose do espírito”. Isto é, o processo de transvaloração dos antigos preceitos valorativos que limitavam o Ser, tornando-o refém da metafísica dominante, como, no caso tratado por Nietzsche, os valores cristãos.

O camelo representa a servidão dócil. É um exímio prisioneiro dos valores metafísicos, os quais, na perspectiva do autor, foram impostos pelo sacerdote: “O camelo enche-se de encargos pesados: ‘sobe nas montanhas mais altas, bebe a água mais salgada e nutre-se de ervas secas” (NIETZSCHE, apud MUNIZ, 2015, p. 152). Isso significa que não importam os sacrifícios pessoais que os ditames metafísicos lhe determinem, já que o sujeito representado pelo camelo está disposto a passar por todos eles em nome de valores considerados superiores.

Esse indivíduo percebe-se como um sujeito livre, pois acredita que esse modo de existência seja o mais seguro para se viver, já que a recompensa está no futuro, um futuro distante que nunca, ou quase nunca, chega, mas que está “garantido”, desde que se comporte de acordo com os preceitos que ele acolheu: “O que é pesado? Assim pergunta o espírito resistente, e se ajoelha, como um camelo, e quer ser bem carregado” (NIETZSCHE, 2012, p.28). Com o foco na recompensa prometida em uma esfera superior, o camelo segue sem desfrutar os pequenos prazeres cotidianos que a vida pode lhe oferecer. Se os “humilhados serão exaltados”, parece vantajoso abrir mão dos pequenos gozos da efêmera estadia terrena em troca de supostas benesses na eternidade.

Quando essa condição já não lhe agrada mais, abre-se espaço para o início da mudança. Por fim, o espírito cansado de resistir aos pesos valorativos, resolve isolar-se. Então, “No mais solitário deserto acontece a segunda metamorfose: O espírito se torna leão, quer capturar a liberdade e ser senhor do seu próprio deserto” (ibidem, p.29).

No deserto, o leão encontra o seu verdadeiro inimigo em forma de dragão: “Qual é o grande dragão, que o espírito não deseja chamar de senhor e deus? ‘Não-farás’ chama-se o grande dragão. Mas o espírito do leão diz ‘Eu quero’” (ibidem). O dragão representa toda espécie de valor externo, imposto como verdade absoluta. “Todo o valor já foi criado, e todo o valor criado — sou eu. Em verdade, não deve mais haver ‘Eu quero!’ Assim fala o dragão.” (NIETZSCHE, 2012, p.29).

O leão feroz simboliza a negação dos valores externos. Ele luta contra todo tipo de imposição. Todavia, ele ainda não se encontra num estado de Liberdade, pois é incapaz de criar valores para si mesmo, por isso, é necessário a terceira e última metamorfose do espírito, a criança: “Inocência é a criança, e esquecimento; um novo começo, um jogo, uma roda a girar por si mesma, um primeiro movimento, um sagrado dizer-sim” (NIETZSCHE, 2012, p.30).

A criança torna-se seu próprio juiz, agindo de forma lúdica, além do bem e do mal. Sendo assim, ela é livre para criar seus próprios valores durante a eternidade da vida e aventurar-se na complexidade da existência: “Três metamorfoses do espírito eu vos mencionei: como o espírito se tornou camelo, o camelo se tornou leão e o leão, por fim, criança” (NIETZSCHE, 2012, p.30).

Portanto, a última metamorfose é a que melhor se assemelha à definição de “nihilismo ativo”, que, segundo Teixeira (2006), diz respeito a uma transmutação de todos os valores, que consiste, basicamente, em dois aspectos: o fim mascaramento da falsidade dos valores cristãos e oposição dos novos valores conforme as experiências da vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo demonstrou que a linguagem não possui um papel estrito de descrição de mundo, mas que, além disso, ela possui uma característica potencial de gerar novas interpretações de mundo, concedendo outros sentidos à existência. Isso implica dizer que o dito é responsável pelas novas condições de interação com o mundo. Por esse motivo, passa a existir uma responsabilidade maior na comunicação, haja vista que é através dela que se resultarão as consequências para o futuro.

No entanto, como já citado, o ser humano não se enquadra apenas no escopo da linguagem, há o domínio corporal e emocional, sendo que esse último possui a característica de abrir ou fechar oportunidades. Essas condições são variáveis de acordo com o juízo que o indivíduo faz sobre si mesmo naquela determinada

situação. Mencionou-se, do mesmo modo, que há influências sociais que interferem na maneira como o indivíduo compreende o mundo.

O sujeito em estado de inautenticidade não possui autoconsciência porque os juízos estão condicionados a servir “o próximo”, uma abstração para designar outra pessoa, organização, instituição, sociedade etc. Echeverría diz que “Na medida em que eles [os juízos] governam o nosso comportamento, ainda somos reféns da condição de inautenticidade” (ECHEVERRÍA, 2005, p. 76, tradução nossa).

Nietzsche (2012) diz que só é livre aquele que consegue transvalorar. A pessoa em estado de inautenticidade não compreende os impactos dos seus juízos e ações em si mesmo e no mundo, pois ainda não possui consciência sobre si (autenticidade), assemelhando-se ao espírito do Camelo, servo das supostas recompensas metafísicas:

O ser humano que consegue acessar todo o seu potencial de liberdade é aquele que submete sua existência ao rigor da autenticidade, que aprende a julgar juízos, a avaliar avaliações, a examinar os valores que encontra em mãos. Isso obriga, portanto, a transcender muitas das formas herdadas que fazem a demarcação do além do bem e do mal e assumir responsabilidades dessa demarcação novamente para si mesmo. Em alguns casos, as novas demarcações podem coincidir com as antigas, em outras, elas envolverão novos contornos, novas distinções, a invenção de novos valores. Seja qual for o caso, um ser humano livre é aquele que submeteu seus valores ao seu próprio juízo crítico e pode concluir que seus juízos pertencem a ele, e não ele que pertence aos seus juízos (ECHEVERRÍA, 2005, p. 76, tradução nossa).

Portanto, diante do que foi exposto, em resposta à pergunta norteadora do presente estudo, o indivíduo em estado de inautenticidade não pode ser considerado livre, pois toda declaração geradora está condicionada a agradar o “próximo”. Além disso, ao que concerne ao estado de ânimo, as declarações estão interligadas aos juízos que o indivíduo faz de si e do mundo. Por isso, ele não consegue enxergar oportunidades nas quais podem haver mudanças positivas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ECHEVERRÍA, Rafael. **Ontología del Lenguaje**. 6ª edição. Chile: JC Sáez, 2005.

FERRY, Luc. **Aprendendo a viver**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

HEIDEGGER, Martin. **El Ser y El Tiempo**. 2ª ed. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

NIETZSCHE, F. W. **Humano, Demasiado Humano: um livro para espíritos livres**. Edição de Bolso. São Paulo: Companhia de Bolso, 2000.

_____. **Assim falou Zaratustra: um livro para todos e para ninguém**. Edição especial. São Paulo: Martin Claret, 2014.

Documentos Eletrônicos

MUNIZ, Heitor. **O super-homem de Nietzsche**. Cadernos Nietzsche, v.36 n.2, p. 149-156. São Paulo: FFLCH-USP, 2015. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cniet/v36n2/2316-8242-cniet-36-02-00149.pdf>>. Acesso em 19/06/2018.

MATURANA, Humberto. **Emoções e linguagem na educação e na política. Emociones y Lenguaje en Educación y Política**. Belo Horizonte: UFMG, 1998. Disponível em: <http://turismotactico.org/proyecto_pologaraia/wp-content/uploads/2008/01/emociones.pdf>. Acesso em 19/06/2018.

RIBEIRO, Rafael Monho Pinto; RONCATI, Ana Cristina Kuhn Plesch. **Conceitos de “Autenticidade” e “Inautenticidade” na obra “Ser e Tempo” de Martin Heidegger**. Publica, v. 2, p. 1-8. Rio Grande do Norte: UFRN, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/publica/article/view/5735/4562>>. Acesso em 18/06/2018.

ROCHA, Ethel Menezes. **Animais, Homens e Sensações segundo Descartes**. KRITERION, nº 110, p. 350-364. Belo Horizonte: UFMG, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-512X200400200008>. Acesso em 18/06/2018.

TEIXEIRA, Evilázio. **Pós-modernidade e niilismo – Um diálogo com Gianni Vattimo**. ALCEU, v.7, n. 13, p. 209-224. 2006. Disponível em: <http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/alceu_n13_DossieTeixeira.pdf>. Acesso em 18/06/2018.